



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE INDICATIVO DE LEI Nº 04/2013**

**PROCESSO AL 1793/13**

**AUTOR: DEPUTADO GESSIVALDO ISAÍAS**

**RELATOR: DEPUTADO JOÃO DE DEUS**

**I- RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 132 e seguintes, do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

A proposição **“Autoriza o Poder Executivo criar no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, a Promotoria Especializada de Defesa Animal”**.

Em conformidade com o Regimento Interno desta Casa Legislativa compete a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar, em caráter preliminar, aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos sujeitos à apreciação da ALEPI. Neste sentido é que referida proposição foi encaminhada a esta relatoria para receber parecer quanto aos critérios acima mencionado.

**II – PARECER**

No que tange aos aspectos constitucionais, pode-se constatar que o Projeto de indicativo de Lei, ora em análise, autoriza o governo do estado criar no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí uma Promotoria Especializada de Defesa Animal.

O artigo 75 da Constituição Estadual que dispõe sobre a iniciativa das leis ordinárias trás no seu § 2º, inciso III, alínea “a” que são de iniciativa privativa do



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL JOÃO DE DEUS

Governador as leis que estabeleçam organização e atribuições do Ministério Público. Tendo este como funções, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma prescrita no seu art. 143, inciso III da Constituição Estadual.

Dessa forma, compete ao Poder legislativo apenas sugerir ao Executivo a criação da respectiva Promotoria Especializada sob a forma de projeto de indicativo de lei, objeto da proposição ora em análise.

Isto posto, a proposição atende os preceitos constitucionais, legais, jurídicos, regimental e da boa técnica legislativa.

### III - VOTO DO RELATOR

Em atendendo os preceitos já elencados e segundo as normas regimentais desta casa Legislativa, este relator é **FAVORÁVEL** à proposição ora em análise nesta Comissão, devendo seguir seu trâmite normal no processo legislativo desta Casa.

### IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

☒ Pelo **acatamento do voto do relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, de acordo com a natureza de seus votos.

( ) Pela **rejeição do voto do relator**, apurado através dos votos dos parlamentares membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, nos termos da natureza de seus votos.

*Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí*

*Teresina, 22 de abril de 2013.*

*João de Deus*

Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT

Av. Mal. Castelo Branco, 201 – Cabral – CEP 64.000-810 – Teresina/PI

E-mail: [joaodedeus@alepi.pi.gov.br](mailto:joaodedeus@alepi.pi.gov.br) (0\*\*86) 8133-3126/3125

Site: [www.deputadojoaodedeus.com.br](http://www.deputadojoaodedeus.com.br)

